

Quanto custa terceirizar o serviço público?

Trabalhadores da Prefeitura de Joinville estão em luta contra a aprovação de projeto que extingue 36 cargos no município

pág. 4



Kályta Morgana de Lima

Servidores estão acompanhando o trâmite do PLC 122/2017 na Câmara de Vereadores de Joinville

Mala Direta Básica
9912405031/2016 - DR/SC
SIND SERV MUN JVE
Correios



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Falecido
- End. Insuficiente
- Não existe nº indicado

Reintegrado ao serviço postal em

___ / ___ / ___
___ / ___ / ___

RESPONSÁVEL

MARÇO DE 2018 | NÚMERO 50 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | www.sinsej.org.br

Jornal do SINSEJ

JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOINVILLE E REGIÃO

COMEÇOU A CAMPANHA SALARIAL

Este ano, trabalhadores não "darão arrego" na luta contra a destruição dos serviços públicos, exigindo salário, direitos e condições de trabalho

pág. 3



Francine Hellmann

Datas de assembleias e reuniões dos conselhos de representantes já estão marcadas para decidir as pautas de reivindicações de 2018

Mobilização contra Calendário Escolar imposto por Udo

Prefeitura de Joinville quer obrigar educação a cumprir mais dias letivos e assunto deve ser pauta da Campanha Salarial

pág. 4



Kályta Morgana de Lima

Servidores da Educação de Joinville estão mobilizados contra imposição deste Calendário

Ipreville aprova novo parcelamento da dívida patronal

Somando-se cotas patronais, déficit atuarial e compra de imóveis, Prefeitura deve quase R\$ 1 bi ao Instituto

pág. 3

EDITORIAL
ULRICH BEATHALTER

Não haverá arrego em 2018

A temperatura da luta de classes eleva-se a cada semana. Se por um lado os capitalistas jogam cada vez mais duro para destruir os direitos dos trabalhadores, de outro aumenta a resistência, a disposição de luta e a convicção de que é preciso transformar esta sociedade.

O sistema capitalista não tem mais nada a oferecer à juventude e aos trabalhadores, a não ser mais miséria e barbárie. A aplicação da “Reforma Trabalhista” avança contra os salários e direitos históricos da nossa classe. Além disso, o governo Temer insiste na destruição da nossa previdência, para acabar com o sonho da aposentadoria e jogar o dinheiro nas mãos dos banqueiros que financiam as campanhas dos partidos tradicionais deste país.

Temer e seu ministro-banqueiro Meirelles não contavam com a resistência heroica do povo trabalhador. As inúmeras paralisações, greves e manifestações encurralaram o congresso às vésperas das eleições, impedindo que o governo tivesse votos suficientes para aprovar a medida. Mas não podemos relaxar. Continuamos defendendo uma greve geral por tempo indeterminado para a retirada completa do projeto e a revogação da reforma trabalhista, da terceirização e do congelamento dos gastos públicos.

As eleições não vão resolver os problemas que enfrentamos. Aliás, se as eleições pudessem representar uma saída definitiva para os problemas do povo pobre trabalhador, elas

seriam proibidas pela grande burguesia. Por isso é preciso sempre estar unidos, organizados e mobilizados em defesa dos nossos direitos e do serviço público.

Em nossa base iniciamos a preparação para a Campanha Salarial. Este é um momento privilegiado para discutir salário, carreira e também a nossa condição de vida e de trabalho. Em Garuva, segue o endurecimento do governo frente às negociações, impedindo que os servidores participem plenamente do processo e se tornem sujeitos de sua história. Em Itapoá tivemos em 2017 uma mostra da insensibilidade do Prefeito frente às necessidades da categoria. Abrimos 2018 com um desgaste profundo do atual governo, afundado em denúncias e processos de improbidade. Em Joinville, a Prefeitura volta a atacar a estrutura do serviço público. Estamos em pleno combate contra a extinção de vários cargos e a privatização de parcela do serviço, com consequências desastrosas, principalmente ao fundo previdenciário. É nesse cenário que apresentaremos as pautas de reivindicações.

Não é hora de se encolher. Mais do que nunca, os servidores precisam assumir o protagonismo frente à defesa do serviço público e dos seus próprios direitos. Só com unidade, organização e luta poderemos barrar todos os ataques e avançar na melhoria das condições de vida e de trabalho. Participe das assembleias e demais atividades. Eleja o representante da sua unidade de trabalho.

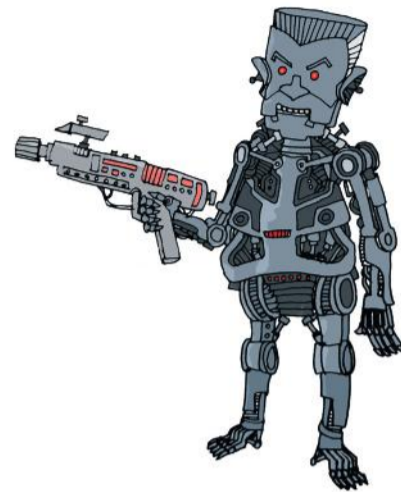
Francine Hellmann



Temer não contava com a resistência, mas continua sendo vital a realização de uma greve geral por tempo indeterminado

CHARGE - SANDRO SCHMIDT

O EXTERMINADOR
DO SERVIÇO PÚBLICO



CURTAS

Envie pautas para jornalismo@sinsej.org.br

Fernando Frazão-Agência Brasil

Convênios do Sinsej

A partir do dia 26 de fevereiro os cartões de convênio do Sinsej serão entregues nos locais de trabalho. Os servidores que têm necessidade urgente de utilização podem retirar o cartão na sede do sindicato, ligando antecipadamente para (41) 99663-0612 (BrasilCard). Essa modificação no sistema de convênios facilitará compras, pagamentos e consulta de extratos. Além disso, as linhas de telefone da entidade ficarão mais disponíveis para solucionar as questões trabalhistas.

Condições de trabalho

Mesmo depois da greve dos servidores por condições de trabalho no ano passado e o comprometimento do governo, a Prefeitura de Joinville ainda não normalizou a reposição de materiais de segurança nas subprefeituras. Isso demonstra o descaso do governo Udo Döhler para com o servidor e o serviço público. A categoria precisa estar atenta e mobilizada nessa luta.

Falta de profissionais

A comunidade escolar da EM Professor Sylvio Sniecowski, no bairro Jardim Paraíso, está mobilizada contra a falta de professores, auxiliares de educador, auxiliar de

IMAGEM DO MÊS



Intervenção no Rio de Janeiro

Temer segue atacando os trabalhadores e jovens. Em fevereiro, aprovou intervenção com o Exército no Rio de Janeiro. Assim, tenta esconder a falta de emprego, moradia, educação, saúde e lazer.

inclusão, agente administrativo e auxiliar de direção. A falta de profissionais se repete em toda a rede municipal. Além disso, os locais de trabalho são precários, há escassez de materiais básicos e assédio moral constante por parte das chefias. A única forma de barrar os ataques ao serviço público é com o enfrentamento organizado de toda a categoria contra este governo.

Perseguição a servidores

Servidores da Secretaria de Agricultura e Meio Am-

biente (Sama) estão sendo perseguidos pela Prefeitura com aumento de carga horária depois de supostamente terem denunciado ao Ministério Público que poderia haver interesses na transferência do licenciamento ambiental da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fundema) para a Fundação do Meio Ambiente (Fatma) – facilitando emissões de laudos. Com o aumento de horário, os trabalhadores foram prejudicados. Um deles se viu obrigado a pedir exoneração. Outro, solicitou Licença Prêmio, mas teve seu horário novamente reduzido pouco antes da concessão do benefício, diminuindo o valor a que teria direito. Isso é considerado assédio moral.

Começa a Campanha Salarial 2018

Este ano, tema escolhido é a defesa do serviço público, que está sendo destruído nos municípios, estados e país

A Campanha Salarial 2018 já começou para os servidores das três cidades representadas pelo Sinsej. Em Joinville, a pauta de reivindicações será elaborada pela categoria no dia 28 de março, às 19 horas, na sede do sindicato. Em Itapoá, os servidores se reúnem em assembleia no dia 27 de março, às 19 horas, na Câmara de Vereadores. Nestas duas cidades a data-base é em maio. Já em Garuva, a data-base é em abril e a assembleia para tirada de pauta acontece no dia 28 de fevereiro, às 19 horas, na sede do Sinsej na cidade.

Este é um dos momentos mais importantes do ano para a categoria. Neste período, os trabalhadores dirigem-se coletivamente às prefeituras, abrindo negociações por reajuste salarial e demais reivindicações. Em 2018, o tema da

Campanha Salarial é “Na luta pelo serviço público #NãoTemArrego”. Ele significa que os servidores não medirão forças contra a destruição do serviço público que está ocorrendo nos municípios, nos estados e na esfera federal.

Entre as reivindicações deste ano deverão estar: a valorização dos servidores, a reposição permanente de materiais em todos os setores, a contratação de mais funcionários e o fim do assédio moral das chefias. Chega de precarização no trabalho dos profissionais e no atendimento à população. É preciso lutar contra a tentativa dos governos de entregarem saúde, educação, transporte e todos os serviços públicos para empresas privadas, que lucram com as necessidades mais básicas da população.

Conselho de Representantes

Antes das assembleias, os conselhos de representantes de Joinville e Itapoá reúnem-se para elaborar uma pré-pauta de reivindicações. Em Itapoá será dia 20 de março, 14 horas, no

Sinsej. Em Joinville, dia 21 de março, 14 horas, no Sinsej.

Se a sua unidade ainda não tem um representante, basta reunir a equipe, escolher um colega e preencher a ata de eleição – disponível no site do sindicato.

Datas das assembleias:

Garuva:

28 de fevereiro, 19h, Sinsej

Itapoá:

27 de março, 19h, CVI

Joinville:

28 de março, 19h, Sinsej

NA LUTA PELO SERVIÇO PÚBLICO
#NÃO TEM ARREGO
 CAMPANHA SALARIAL - 2018

Novo PNAB precariza atenção básica

O novo Plano Nacional da Atenção Básica (PNAB) foi aprovado em 21 de setembro de 2017. Chama a atenção no texto que, ao estabelecer parâmetros para o número de usuários atendidos pelo agente comunitário de saúde (ACS), por exemplo, cada profissional pode atender mais ou menos usuários de acordo com a necessidade local, sem um limite. O texto propõe também que cada unidade de saúde concentre no máximo quatro equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), mas essa imposição distancia o usuário da unidade, prejudicando o acesso ao serviço e descaracterizando a territorialização, que é princípio da ESF.

A portaria do novo PNAB propõe a ampliação do horário de atendimento aos sábados e à noite, conforme a necessidade da população, e estabelece a jornada mínima de 40 horas, o que pressupõe a possibilidade do aumento da carga horária. Não existe mais a exigência de 100% de ACS nas equipes, apenas em áreas de risco e vulnerabilidade social, sendo que a prioridade nas visitas domiciliares serão os agravos existentes na área adstrita, remetendo sempre as decisões ao

gestor e aos Conselhos Municipais de Saúde.

Baseadas em quais critérios as decisões serão tomadas? Em Joinville já circula um memorando que exige que as equipes façam a redivisão das microáreas atendidas, determinando que cada ACS irá se responsabilizar por 1.350 usuários – o que significa 338 famílias – e impondo a data para redivisão e cadastramento das famílias até 28 de fevereiro. Como sempre, é utilizada a fórmula de decisões tomadas em gabinetes, sem discussão com os servidores, sem levar em conta as especificidades das equipes. Sabemos que a vulnerabilidade social e os agravos são bem maiores no Jardim Paraíso do que no Glória, por exemplo, e não é possível determinar um número igual de usuários a serem atendidos perante duas realidades completamente diferentes.

Na última semana de fevereiro, os ACSs reúnem-se com o sindicato para discutir o novo PNAB, bem como a nova portaria baseada nele. Também será definida a mobilização necessária para combater os abusos da gestão, defender o SUS e as condições de trabalho de todos os servidores.

Ipreville aprova novo parcelamento

JOINVILLE - Em janeiro deste ano o Conselho Administrativo do Ipreville aprovou o nono parcelamento da dívida patronal da Prefeitura com o Instituto. Serão mais R\$ 40 milhões pagos em 60 prestações. Essa decisão foi tomada com o voto contrário do presidente do Sinsej e dos conselheiros eleitos pela categoria. Ao todo, a Prefeitura já deve quase R\$ 1 bilhão para o Ipreville.

Desde que assumiu, Udo Döhler não pagou em dia nem um mês das cotas previdenciárias patronais. Semestre após semestre, o governo vem atrasando pagamentos e, às vésperas de perder o Certi-

ficado de Regularidade Previdenciária, propõe o parcelamento da dívida acumulada. Com este último, as parcelas mensais das dívidas passam a quase R\$ 7,5 milhões. Neste pacote, estão os parcelamentos de cotas patronais, do déficit atuarial* e da compra de imóveis – que no passado foram repassados à força ao Ipreville em troca de dívidas e, agora, estão sendo recomprados pela Prefeitura.

Em 2015, os servidores fizeram a experiência de eleger representantes que sempre votam contra os pedidos de parcelamento no Conselho Administrativo do Ipreville. Porém, com as manobras da

Prefeitura, esta medida tem sido insuficiente. A única forma, de fato, de fazer com que o governo pague em dia suas obrigações com a previdência dos trabalhadores é a luta política direta, com a unidade e a mobilização da categoria.

**Déficit atuarial é o valor que deverá faltar no futuro para atender todos os segurados de um instituto de previdência. Ele é causado por aumento na expectativa de vida dos servidores, parcelamentos da cota patronal, falta de contratações por concurso, variações do mercado financeiro, entre outros fatores.*

O QUE A PREFEITURA DEVE AO IPREVILLE?

R\$ 175.145.639,14 EM COTAS PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS

R\$ 635.622.679,13 EM DÉFICIT ATUARIAL

R\$ 7.740.048,54 EM PAGAMENTO DE IMÓVEIS

Kályta Morgana de Lima



Em fevereiro, servidores foram à Câmara exigir a rejeição do projeto que extingue 36 cargos no município e mobilização deve continuar

Contra o Calendário da Prefeitura

JOINVILLE - Os servidores da educação participaram de duas assembleias no Sinsej, em dezembro de 2017 e no primeiro dia de trabalho da Educação, em 1º de fevereiro, para discutir a mobilização contra o calendário escolar imposto pela Prefeitura para 2018. Com o pior calendário já proposto nos últimos anos e sem nenhuma discussão com o sindicato, o Executivo estendeu a jornada dos profissionais. Ou seja, impôs que se trabalhe mais sem conceder condições e remuneração adequadas para isso.

Os professores estão sobrecarregados de trabalho. Faltam materiais básicos, estrutura e profissionais. Isso não é novidade pra ninguém, mas a preocupação da Prefeitura é única e claramente contentar a classe empresarial, em Joinville representada pela Acij.

A redução do recesso é uma posição política deste governo para dar uma falsa sensação de que se está ampliando o atendimento à comunidade. Um verniz para dar aparência de novo a uma velha e conhecida realidade vivida por todos os servidores.

Não nos enganemos. O que a educação precisa é da implantação e cumprimento da hora-atividade em conformidade com a lei para todos os professores, da reposição imediata das perdas salariais, da concessão do gozo da licença-prêmio, de condições de trabalho adequadas, de contratações através de concurso público e do cuidado com a saúde do servidor.

A luta contra o calendário imposto continua e irá se tornar pauta da Campanha Salarial 2018. Toda a categoria deve reagir para impedir a retirada de mais direitos. É imprescindível organizar a resistência da classe, desde suas reivindicações mais imediatas.

O alto preço da terceirização

Cargos são extintos para entregar serviços à empresas que lucrarão com as necessidades do povo

JOINVILLE - A Prefeitura está tentando extinguir 36 cargos na estrutura do município. Destes, 26 são do Hospital São José. Entre eles, há importantes funções, como mecânico, agente operacional, administrador, técnico em radioterapia, telefonista e farmacêutico bioquímico. O trabalho para estes tipos de profissionais continua existindo. No entanto, ao excluir os cargos, o governo está dizendo que não haverá mais servidores desempenhando estas funções. No lugar de profissionais concursados, serão colocados trabalhadores terceirizados, com salários extremamente baixos e subordinados a empresas privadas, que lucram com as necessidades mais básicas da população.

A ideia de que terceirizar é mais eficiente e barato é um mito, que só beneficia as empresas contratadas – cuja propriedade normalmente é dos amigos do governo. O raciocínio básico é que, sem a empresa atravessadora, não há necessidade de lucro.

Prova disso é a Fábrica de

Artefatos de Cimento de Joinville, que é totalmente municipal e cuja mão de obra é de servidores contratados. Mesmo operando com total abandono da Prefeitura, com máquinas ultrapassadas e sem manutenção, o local produz tubos de qualidade com valor 40% abaixo do custo de mercado. Esta informação é do próprio prefeito Udo Döhler, repassada ao sindicato em uma mesa de negociação. No entanto, o município continua comprando a maior parte dos tubos utilizados de empresas privadas.

Na educação infantil, em 2016 e 2017 foram gastos cerca de R\$ 16 milhões por ano com a compra de vagas em instituições privadas, segundo documentos disponíveis no Portal da Transparência. Se esse montante fosse investido na construção de Centros de Educação Infantis (CEIs), Joinville teria seis ou até sete unidades a mais por ano. Somam-se a isso as concessões feitas às empreiteiras. Em setembro do ano passado, o jornal A Notícia publicou uma matéria denunciando que os aditivos

(custos a mais do que o orçamento apresentado) concedidos na construção de sete CEIs somavam R\$ 2,2 milhões. Com este valor, poderia ser construída mais uma unidade.

Para citar apenas alguns exemplos, situações semelhantes ocorrem na saúde, com a compra de exames em laboratório privado da cidade; em todas as subprefeituras, com trabalhos que poderiam ser feitos por servidores diretos sendo desempenhados por empreiteiras terceirizadas; na iluminação pública, que chegou a deixar a cidade às escuras por judicialização das licitações; no asfalto, que a Prefeitura de Joinville já contou com produção própria; e na oficina do município, onde há dezenas de máquinas paradas por falta de peças simples.

Ipreville

Outro problema com a terceirização na Prefeitura é o Ipreville. Desde 2010, o quadro de servidores permanece praticamente o mesmo, o que tem contribuído em grande medida para o aumen-

to do déficit atuarial do Instituto (ver matéria na página 3). Com a extinção progressiva de cargos e terceirização de serviços, os novos profissionais irão contribuir para o INSS, aumentando o valor que faltará para pagar os segurados no futuro.

Somadas, as dívidas da Prefeitura com o Ipreville, com o déficit atuarial e com o parcelamento das cotas patronais ordinárias, já somam quase R\$ 1 bilhão. Isso não pode ser bom nem para o Instituto, que corre um sério risco de não receber os valores, nem para o município, que paga em juros o que poderia estar sendo investido em serviços públicos.

Mobilização

No fechamento deste jornal, o projeto que extingue 36 cargos no município (PLC 122/2017) estava programado para retornar à Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara de Vereadores em 5 de março, às 15 horas. Todos os servidores estão convocados a comparecer para protestar contra a aprovação.



ACESSE

www.sinsej.org.br

sinsej@sinsej.org.br

Facebook: Sinsej

DIREÇÃO

Ulrich Beathalter
Presidente

Mara Lúcia Tavares
Secretária Geral

Flávia Antunes
Tesoureira

Josiano Godoi

Secretário de Comunicação

João Batista Verardo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Márcio Avelino do Nascimento

Secretário de Formação Sindical

Antônio Félix Mafra

Secretário de Patrimônio

Edson Tavares

Diretor Sindical

Ninon da Rosa Peres

Diretora Sindical

Deise Regina Pereira de Lima

Diretora Sindical

ELABORAÇÃO

Francine Hellmann
Jornalista - MTB 4946/SC

Aline Seitenfus
Kályta Morgana de Lima